

Prefeitura Municipal de Bebedouro - SP
Concurso Público - 2017



Cod.12: FISCAL DE RENDA

PROVA ESCRITA OBJETIVA

MODELO: 1

CADERNO DE QUESTÕES

TURNO: MANHÃ

NÚMERO DE QUESTÕES: 50

Leia atentamente as instruções abaixo, e aguarde autorização para abertura deste caderno de questões.

1. Confira o seu CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova. Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, o mesmo poderá ser substituído apenas nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica, de preferência, de tinta preta. A não assinatura incide na DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO.
3. No CARTÃO-RESPOSTA, marque no espaço próprio a opção correspondente à sua resposta. Se você assinalar mais de uma opção por questão ou deixar todos os campos em branco, sua prova objetiva será anulada. **PINTE A BOLINHA POR COMPLETO.**
4. Não dobre, não amasse nem manche o CARTÃO RESPOSTA. Ele **NÃO** poderá ser substituído.
5. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C e D. Você deve, portanto, assinalar apenas uma opção em cada questão. A marcação em mais de uma opção anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
6. O tempo disponível para esta prova é de quatro horas.
7. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO - RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
8. Quando terminar a prova, entregue ao fiscal este CADERNO DE QUESTÕES SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, o CARTÃO-RESPOSTA, e assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja rasgado ou incompleto, o candidato será eliminado.
9. Você somente poderá deixar o local de prova depois de decorrida 1 hora do início da aplicação das provas.
10. Você será excluído do exame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e(ou) relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, headphones, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala em que se realiza a prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES, antes do prazo estabelecido, e (ou) o CARTÃO-RESPOSTA.
 - c) Deixe de assinalar corretamente o campo do CARTÃO-RESPOSTA.
 - d) Em caso de você ser um dos três últimos candidatos, deixe o local de prova sem acompanhar o fiscal à coordenação.



FISCAL DE RENDA

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

A diferença de desempenho escolar entre as escolas públicas mais pobres e mais ricas no Brasil aumentou desde 2005. É o que mostra a comparação do NSE (Nível Socioeconômico), índice que avalia o rendimento dos estudantes de nível socioeconômico mais baixo e mais alto na Prova Brasil, avaliação oficial do governo federal para medir o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática a cada dois anos.

5 O NSE é calculado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), com base em dados de escolaridade, ocupação e renda fornecidos para a avaliação. Em 2005, a diferença de desempenho na prova entre os 20% com nível socioeconômico mais baixo e os 20% de nível mais alto para o 5º ano em Língua Portuguesa foi de 20,34 pontos. Em 10 2013 foi de 42,7 pontos, um salto de 110%.

A desigualdade também cresceu no 9º ano, mas em menor proporção. Em 2005, a diferença entre a média das escolas de nível socioeconômico mais baixo e mais alto para Português foi de 24,39 pontos. Em 2013, subiu para 27,77, um salto de 14%.

15 Apesar disso, tanto o nível mais baixo quanto o mais alto tiveram notas aquém do esperado. O movimento Todos pela Educação considera que, nos anos iniciais, os estudantes deveriam ter obtido, no mínimo, 200 pontos em Língua Portuguesa e 225 em Matemática – as notas ficaram entre 182 e 205 pontos. Nos finais, as notas mínimas deveriam ter sido 275 pontos em Português e 300 em Matemática, mas alcançaram 237 e 242, respectivamente.

20 A redução desta diferença precisará estar no topo das prioridades do Ministério da Educação, de Estados e municípios nos próximos anos. É o que prevê o novo PNE (Plano Nacional de Educação). Faltam, no entanto, estratégias concretas para isso. Desde que o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, assumiu a pasta, em setembro, o MEC tem afirmado que vai alterar os programas que atendem unidades mais carentes.

25 Os dados da Prova Brasil ainda mostram que o aumento na diferença das notas ocorre principalmente pela dificuldade de as escolas com alunos mais pobres progredirem. No 5º ano, a nota de Português da faixa de NSE mais baixo praticamente não variou de 2005 a 2013. Já os alunos de NSE mais alto variaram 12%.

(Use o texto acima para responder as cinco próximas questões)

1. Com relação às ideias do texto, analise as afirmativas e marque a alternativa que indica a sequência CORRETA, de cima para baixo:

() A diferença de desempenho entre os alunos mais ricos e mais pobres dos 5º anos praticamente dobrou de 2005 para 2013.

() As escolas mais carentes apresentam pouca evolução nos resultados da prova.

() O movimento Todos pela Educação é responsável por medir o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática.

a) V - V - F

b) F - V - V

c) F - V - F

d) V - F - F

2. Além de informar os dados da Prova Brasil, um dos objetivos do texto é:

- a) Estabelecer uma comparação entre escolas ricas e pobres.
- b) Criticar o modelo de avaliação do ensino de português e matemática vigente hoje no país.
- c) Apontar para o perigo da alteração das políticas públicas no ensino brasileiro bem como a dificuldade de evolução de escolas que atendem públicos mais carentes.
- d) Estabelecer uma comparação de performance entre as escolas públicas de diferentes realidades socioeconômicas.**

3. Analise as afirmativas abaixo e assinale a opção CORRETA:

- I. O trecho: “índice que avalia o rendimento dos estudantes de nível socioeconômico mais baixo e mais alto na Prova Brasil” (linhas 2, 3 e 4) está entre vírgulas pois trata-se de uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- II. O núcleo do sujeito da oração “A desigualdade também cresceu no 9º ano” (linha 11) é desigualdade.
- III. O texto está em desacordo com a norma culta.
- IV. A palavra “aquém” (linha 14) pode ser substituída pela palavra “abaixo” sem que haja alteração de sentido na frase.

- a) Apenas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas II e IV estão corretas.**
- d) Apenas II e III estão corretas.

4. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a acentuação das palavras do texto:

- a) A palavra “nível” (linha 2) leva acento por ser uma paroxítona terminada em L.
- b) A palavra “língua” (linha 16) é acentuada por ser uma paroxítona terminada em hiato.**
- c) “Índice” (linha 2), “mínimo” (linha 16) e “próximos” (linha 20) são vocábulos proparoxítonos.
- d) A palavra “prevê” (linha 20) leva acento por ser uma oxítona terminada em E.

5. Na frase: “índice que avalia o rendimento dos estudantes de nível socioeconômico mais baixo e mais alto na Prova Brasil” (linhas 2, 3 e 4) as palavras destacadas são formadas pelo processo de:

- a) Derivação sufixal – composição.**
- b) Aglutinação - derivação sufixal.
- c) Derivação sufixal - derivação imprópria.
- d) Derivação prefixal – composição.

Leia o poema “A Velhice Pede Desculpas”, de Cecília Meireles, e responda as questões de 06 a 09.

Tão velho estou como árvore no inverno,
vulcão sufocado, pássaro sonolento.
Tão velho estou, de pálpebras baixas,
acostumado apenas ao som das músicas,
à forma das letras.

Fere-me a luz das lâmpadas, o grito frenético
dos provisórios dias do mundo:
Mas há um sol eterno, eterno e brando
e uma voz que não me canso, muito longe, de ouvir.

Desculpai-me esta face, que se fez resignada:
já não é a minha, mas a do tempo,
com seus muitos episódios.

Desculpai-me não ser bem eu:
mas um fantasma de tudo.
Recebereis em mim muitos mil anos, é certo,
com suas sombras, porém, suas intermináveis sombras.

Desculpai-me viver ainda:
que os destroços, mesmo os da maior glória,
são na verdade só destroços, destroços.

6. Assinale a função de “me”, do ponto de vista sintático, no enunciado “Fere-me a luz das lâmpadas”.

a) Pronome oblíquo. **b) Objeto direto.** c) Agente da passiva. d) Pronome reflexivo.

7. Em relação à pessoa verbal, o uso de “Desculpai-me” é semelhante ao verbo presente em:

a) Recebereis em mim muitos mil anos, é certo.

b) Os destroços, mesmo os da maior glória, são na verdade só destroços, destroços.

c) Fere-me a luz das lâmpadas.

d) Mas há um sol eterno, eterno e brando.

8. Marque o excerto em que o eu-lírico manifesta sentimento semelhante àquele presente no poema de Cecília Meireles acima.

a) À medida que envelheço aprendo a perder o medo. Todo bicho fica meigo. É só botar no colo.

b) Estou com muita saudade de ter mãe, pele vincada, cabelos para trás, os dedos cheios de nós, tão velha, quase podendo ser a mãe de Deus – não fosse tão pecadora. Mas esta velha sou eu, minha mãe morreu moça, os olhos cheios de brilho, a cara cheia de susto. Ó meu Deus, pensava que só de crianças se falava: as órfãs.

**c) Sou velha e triste. Nunca o alvorecer /Dum riso são andou na minha boca!/
Gritando que me acudam, em voz rouca, / Eu, naufraga da Vida, ando a morrer!**

d) Vive dentro de mim uma cabocla velha / de mau-olhado, / acorada ao pé do borralho, /olhando pra o fogo. / Benze quebranto. Bota feitiço... / Vive dentro de mim /a mulher cozinheira.../Vive dentro de mim / a mulher da vida. / Minha irmãzinha... / tão desprezada, / tão murmurada... / Fingindo alegre seu triste fado. / Todas as vidas dentro de mim: / Na minha vida – / a vida mera das obscuras.

9. Assinale a alternativa CORRETA em relação ao emprego da conjunção “porém” em “Recebereis em mim muitos mil anos, é certo, com suas sombras, porém, suas intermináveis sombras.”.

a) **A conjunção adversativa “porém” marca, no trecho, a oposição entre o recebimento de mil anos, que constitui um fato positivo, e as sombras que esses anos portam, que constituem um aspecto negativo.**

b) A conjunção opositiva “porém” está empregada no período para dar relevo à característica das “intermináveis sombras”, em tom retórico.

c) A conjunção adversativa é utilizada no trecho para dar continuidade à ideia de que o enunciador receberá muitos mil anos.

d) O emprego está incorreto do ponto de vista da norma culta, tendo em vista que a conjunção “porém” não deve ser utilizada entre vírgulas.

10. Aponte a alternativa que identifica a figura de linguagem presente em: “O bebê nasce e parteira dá um tapa em seu bumbum, mas nada da criança chorar. Outro tapa e nada. Até que, no terceiro tapa, o bebê abre o berreiro.”

a) Aliteração.

b) Gradação.

c) Escala.

d) Zeugma.

11. Se uma colheitadeira colhe 7.200 grãos de café por hora, qual a taxa de colheita dessa máquina?

a) 2 grãos de café/segundo.

b) 10 grãos de café/segundo.

c) 5 grãos de café/minuto.

d) 15 grãos de café/minuto.

12. Se 10 artesãos fazem 50 colares em 1 hora, em quantas horas 20 artesãos farão 150 colares

a) 2 horas

b) 1,5 horas

c) 2,5 horas

d) 3 horas

13. Qual protocolo define um conjunto de regras que permitem que um dado computador de uma dada rede consiga comunicar com qualquer computador de outra rede?

a) DNS.

b) ISO.

c) TCP/IP.

d) FTP.

14. Para minimizar todas as janelas do monitor, no Windows, usamos as teclas:

a) Tecla Windows+N.

b) Tecla Windows+M.

c) Alt+F4.

d) Alt+M.

15. Essa tecla serve para apagar determinado caractere à esquerda do cursor do mouse. Geralmente utilizado em textos. Trata-se da tecla:

a) Insert.

b) Enter.

c) End.

d) Backspace.

16. O prazo prescricional para propositura da ação de improbidade administrativa é de:
- a) 5 anos a contar do início do exercício do mandato, cargo em comissão ou função de confiança.
 - b) 3 anos a contar do término do exercício do mandato, cargo em comissão ou função de confiança.
 - c) 5 anos a contar do término do exercício do mandato, cargo em comissão ou função de confiança.**
 - d) 3 anos a contar do início do exercício do mandato, cargo em comissão ou função de confiança.

17. A contratação sob regime especial de trabalho só é permitida em determinadas hipóteses:

I - Calamidade pública (prazo máximo de 03 anos).

II - Especiais nas organizações das Forças Armadas para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia.

III - Atividades de demarcação e identificação desenvolvidas pelo INPI.

IV - Atividades de análise e registro de marcas e patentes pela FUNAI.

Qual das alternativas abaixo está CORRETA?

- a) I **b) II** c) III d) IV

18. Qual das alternativas abaixo não representa uma das características dos Contratos administrativos?

- a) Consensual. b) Formal. c) Oneroso. **d) Cumulativo.**

19. Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato ao cargo comprovação de experiência prévia por tempo superior a:

- a) 2 meses no mesmo tipo de atividade.
- b) 3 meses no mesmo tipo de atividade.
- c) 4 meses no mesmo tipo de atividade.
- d) 6 meses no mesmo tipo de atividade.**

20. Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, marque a alternativa CORRETA.

I- A estrutura do Estado Democrático brasileiro é formada pela divisão dos Três Poderes: Judiciário, Legislativo e Executivo. Em âmbito nacional, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

II- O chamado “crime de responsabilidade” só pode ser atribuído a agentes públicos, como resultado da atuação pública no exercício do mandato. A Constituição estabelece quais infrações cometidas por um presidente da República se enquadram nessa categoria. Como punição, os condenados podem sofrer uma sanção política, como ter a perda imediata do mandato ou direitos políticos cassados.

III- A denúncia contra um presidente pode ser feita por qualquer cidadão brasileiro e é encaminhada à Câmara dos Deputados. Parlamentares decidem se há procedência no caso e se a denúncia for acatada pelo presidente da Casa, a acusação é formalizada e o processo segue para o Senado, onde é feito o julgamento, sob a supervisão do STF.

- a) I e II estão corretos.
- c) I, II e III estão corretos.**
- b) I e III estão errados.
- d) I, II e III estão errados.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A administração pública é o conjunto das normas, lei e funções desempenhadas para organizar a administração do Estado em todas as suas instâncias e tem como principal objetivo o interesse público, seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 2015, art. 37). Em relação à Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, analise o que se expõe a seguir:

- I. A Administração Pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, territorialidade e publicidade.
- II. É vedado aos estrangeiros o exercício de quaisquer cargos, funções e empregos públicos.
- III. Os vencimentos dos cargos nos poderes legislativo e judiciário poderão ser maiores que os recebidos em cargos similares no executivo.
- IV. A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Analisados os itens é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) **Apenas o item IV está correto.**

22. Falando das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor público e suas mudanças e impactos, analise os seguintes itens:

- I. Contabilização da Depreciação, Exaustão e Amortização para os ativos.
- II. Implantação da Reavaliação periódica dos ativos.
- III. Implantação da contabilização da receita por competência. Surge a receita patrimonial, ou receita contábil. A receita orçamentária continua seguindo o regime de caixa na contabilidade aplicada ao setor público, mas a contabilidade deverá reconhecer a receita já no momento da ocorrência do seu fato gerador.
- IV. Implantação da contabilização da receita por ingresso no Caixa, ou seja, só é contabilizado o que realmente entra nos erários.

Em relação aos itens acima é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas o item I está incorreto.
- b) Apenas o item II está incorreto.
- c) Apenas o item III está incorreto.
- d) **Apenas o item IV está incorreto.**

23. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Em relação ao tema, exposto no artigo 70 da Constituição Federal de 1988, analise os itens:

I. A Controladoria-Geral da União (CGU) pode fiscalizar a aplicação de verbas federais onde quer que elas estejam sendo aplicadas, mesmo que em outro ente federado às quais foram destinadas.

II. A fiscalização exercida pela CGU é externa, pois feita exclusivamente sobre verbas provenientes do orçamento do Executivo.

III. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.

IV. Com a finalidade de lhe garantir a independência e imparcialidade no exercício de suas atribuições institucionais, a Constituição Federal não confere ao Tribunal de Contas da União as prerrogativas estabelecidas aos Tribunais Judiciários, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no artigo 96.

Analisados os itens é CORRETO afirmar que:

a) Apenas os itens I e II estão corretos. b) Apenas os itens II e IV estão corretos.

c) Apenas os itens I e III estão corretos. d) Apenas o item III está correto.

24. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, são pessoas jurídicas de direito público que possuem competência tributária, ou seja, uma parcela do poder tributário. Mas a Constituição Federal brasileira, ao mesmo tempo em que outorga a cada uma dessas entidades a competência para criarem impostos, limita-lhes o poder de tributar, através de seus artigos 150 a 152. Sendo assim, o poder de tributar destes entes não é absoluto. Analise os itens abaixo:

I. No Brasil, os princípios jurídicos, ditam a forma e as condições para o exercício do poder de tributação e o Princípio da Legalidade (art. 150, I CF), precisamente é o mais importante deles, pois proíbe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exijam tributos que não tenham sido estabelecidos por lei. Só através de lei é possível a criação e majoração de tributo.

II. Com relação à maioria dos tributos, a Constituição exige que a lei criadora ou majoradora do tributo sobre ser anterior a situação descrita como fato gerador, seja anterior ao exercício financeiro de incidência do tributo. A Constituição veda cobrar tributos “no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou” (art.150, III, b). Esse princípio é o da anterioridade da lei tributária.

III. Na Constituição Federal, a letra “a” do inciso III do art. 150, proíbe a cobrança de tributo “em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado”. Isto é uma explicitação do princípio geral da irretroatividade das leis. A lei, em princípio, não se aplica a fatos consumados antes do início de sua vigência.

IV. Como princípio universal de justiça, a Isonomia, fundamenta-se no princípio constitucional geral da igualdade de todos perante a lei. Se a norma prevê que quem for proprietário de imóvel tem a obrigação de pagar imposto, o imposto é devido, seja quem for o proprietário do imóvel. O princípio seria, também, destinado ao próprio legislador. Não poderia a lei tratar desigualmente os indivíduos, visto que todos são iguais.

Analisados os itens é CORRETO afirmar que:

a) Todos os itens estão incorretos.

b) Todos os itens estão corretos.

c) Apenas o item III está incorreto.

d) Apenas o item III está correto.

25. Marque o item correto sobre o período de tempo em que é expressamente vedado ao titular de Poder, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do seu mandato, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal:

- a) Último ano do seu mandato.
- b) Último semestre do seu mandato.
- c) Últimos dois bimestres do seu mandato.
- d) Últimos dois quadrimestres do seu mandato.**

26. É o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Tratamos aqui de:

- a) Execução.
- b) Liquidação.
- c) Pagamento.
- d) Empenho.**

27. O imposto, de competência dos Estados, sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos tem como fato gerador:

I - A transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil.

II - A transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.

III - Nas transmissões causa mortis, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos sejam os herdeiros ou legatários.

- a) I e III estão errados.
- b) II e III estão errados.
- c) I, II e III estão corretos.**
- d) II e III estão corretos.

28. Marque a alternativa CORRETA:

a) Bens Públicos é um conjunto de bens pertencentes a pessoas jurídicas de direito público (Entidades Estatais, Autarquias e Agências) e Fundações Públicas, assim como os que estejam destinados à prestação de serviços públicos, equiparando-se a estes o conjunto de bens formadores do patrimônio de pessoas jurídicas de direito privado, instituídas pela vontade do Poder Público (Empresas Estatais), quando prestadoras de serviços públicos.

b) Os bens de uso comum e os de uso especial são adquiridos para uma destinação específica, isto é, são afetados a uma destinação de uso comum ou de uso especial. À retirada dessa destinação, ou seja, a transformação de um bem de uso comum ou especial em dominical, dá-se o nome de desafetação.

c) A afetação de bens a uso comum pode decorrer de fato natural (rios, mares), da própria natureza do bem (rodovias, praças), ou de imposição legal ou de ato administrativo (que impõe a modificação de uso especial para o uso comum). A desafetação depende de lei. Somente por exceção um bem de uso especial, por exemplo, pode passar para a classe de dominical, sem necessidade de lei. É o caso de um incêndio que destrua determinado prédio público, restando apenas o terreno onde este fora construído.

d) Todas as alternativas estão corretas.

29. O poder fiscal é inerente ao próprio Estado, que advém de sua soberania política, consistente na faculdade de estabelecer tributos, de exigir contribuições compulsórias, a fim de poder atender às necessidades públicas. Vulgarmente expressa-se como "Fisco" o poder de exigir tributos do Estado. O Direito Tributário regula principalmente as relações

jurídicas entre o "Fisco", como sujeito ativo, e o Contribuinte, ou terceiros, como sujeitos passivos; regula a cobrança e a fiscalização dos tributos. Em relação ao tema, é INCORRETO afirmar que:

a) A base do Direito Tributário é o imposto - o relacionamento que se realiza entre o Estado e o Contribuinte, através de uma obrigação a que este último está legalmente coagido a satisfazer.

b) Todos os elementos integrantes do tributo devem estar definidos em lei.

c) As normas gerais do Direito Tributário, no Brasil, são as estabelecidas pelo Código Tributário Nacional - CTN, além das prescrições e restrições emanadas da Constituição Federal/1988.

d) A anterioridade da lei tributária significa que antes do início do exercício financeiro, lei tributária e lei orçamentária devem estar em vigência.

30. Em relação ao Poder Público Municipal é CORRETO afirmar que:

a) O Município pertence à categoria de "pessoa jurídica de direito público externo".

b) O Município é representado política e juridicamente pelo Prefeito e pela Câmara de Vereadores.

c) O domicílio do Município é o lugar onde funciona a administração municipal.

d) A Câmara de Vereadores pode impor ao Prefeito medidas administrativas que julgue serem necessárias para o bem comum.

31. Segundo Paulo de Barros Carvalho (Op cit 25\27) qual item NÃO contém uma das características principais expostas na própria definição de Tributo:

a) Compulsória – independe da vontade do devedor.

b) Resultante de uma sanção por algum ilícito.

c) Pecuniária – todo tributo deve ser expresso em moeda.

d) Prestação instituída em Lei.

32. Segundo o Artigo 5º do Código Tributário Nacional, os Tributos são:

a) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

b) Impostos, Taxas e Contribuições Sociais.

c) Impostos, Taxas e Empréstimos Compulsórios.

d) Impostos, Contribuições de Melhoria e Empréstimos Compulsórios.

33. O Balanço Patrimonial (BP) é a principal Demonstração Financeira existente (relatório contábil obrigatório por Lei). Ele mostra como de fato está o [Patrimônio](#) da empresa, refletindo sua posição financeira em um determinado momento. Analise os itens a seguir:

I. No Balanço, o Patrimônio se encontra em equilíbrio, equilibra os bens e direitos com as obrigações e as participações dos acionistas. Desta forma, ele é a igualdade patrimonial.

II. O BP mostra o Patrimônio da entidade apenas quantitativamente (apresenta cada item que faz parte do Patrimônio e quanto se tem de cada um).

III. O termo "Balanço" origina-se do equilíbrio **Ativo = Passivo + PL; Aplicações = Origens; Bens + Direitos = Obrigações**. Parte da ideia de uma balança de dois pratos, onde sempre há a igualdade de um lado com o outro.

IV. O BP tem na sua constituição duas colunas: a coluna do lado esquerdo é a do Ativo e a coluna do lado direito é a do Passivo (determinado por convenção).

Analisados os itens, é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas o item I está incorreto.
- b) **Apenas o item II está incorreto.**
- c) Apenas o item III está incorreto.
- d) Apenas o item IV está incorreto.

34. Em relação aos Livros Fiscais e Contábeis, marque a opção INCORRETA:

- a) O Livro Diário é um livro contábil de preenchimento obrigatório (exigido por lei) e de maior importância, onde são lançadas as operações DIÁRIAS de uma empresa. Nele, são registrados os fatos contábeis em **partidas dobradas**, ou seja, os totais débito e crédito deverão ser sempre iguais, sendo a conta débito lançada **SEMPRE** antes da conta crédito.
- b) **O Razão é um livro fundamental ao processo contábil e exigido pela legislação brasileira para empresas cuja tributação do Imposto de Renda seja com base no Lucro Presumido. Em virtude de sua eficiência, ele é indispensável em qualquer tipo de empresa.**
- c) No Livro Caixa são registrados todos os recebimentos e pagamentos em dinheiro, lançados de forma cronológica (dia, mês e ano).
- d) O Livro de Apuração do Lucro Real, também conhecido pela sigla LALUR, é um livro de escrituração de natureza eminentemente fiscal, destinado à apuração extra contábil do lucro real sujeito à tributação pelo imposto de renda em cada período de apuração, contendo, ainda, elementos que poderão afetar os resultados de períodos futuros.

35. A sigla **CNPJ** significa **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas**. É o cadastro administrado pela Receita Federal do Brasil que registra as informações cadastrais das pessoas jurídicas e de algumas entidades não caracterizadas como tais. Em relação ao CNPJ é INCORRETO afirmar que:

- a) São obrigados a inscrever-se no CNPJ todas as pessoas jurídicas, incluindo os condomínios, clubes de investimentos, consórcios, representações diplomáticas, entre outros.
- b) O CNPJ é usado em aberturas de contas jurídicas, financiamentos, na elaboração de contratos em que a empresa é contratante ou contratada e para diversos fins.
- c) A solicitação da inclusão no cadastro é feito durante o processo de abertura da empresa pelo contador responsável pela empresa. Este deverá manter o cliente informado da situação do cadastro e fornecer os comprovantes que a inscrição seja feita.
- d) **Diferentemente do que acontece com a pessoa física e seu CPF, a pessoa jurídica e seu CNPJ não podem ser negativados por conta de dívidas ou inadimplemento de obrigações legais.**

36. Marque o item em que NÃO consta um dos documentos ou procedimentos necessários para a Abertura de uma Empresa:

- a) **Inscrição Estadual, no caso de Prestadores de Serviços.**
- b) CNPJ.
- c) Cópia autenticada do documento de identidade do titular ou dos administradores.
- d) Inscrição Municipal, no caso de Prestadores de Serviços.

37. O ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), é um imposto de competência municipal, nos termos do artigo 156, III, da Constituição Federal de 1988. Em relação a esse imposto, marque o item INCORRETO:

- a) O fato gerador do ISSQN é a prestação de serviços constantes da lista de serviços anexa à Lei Complementar Federal nº 116/03
- b) De acordo com a Lei Complementar Federal nº 116/03, a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é o preço do serviço.
- c) **Preço é tudo o que for devido em virtude da prestação do serviço, não incluído despesas acessórias, juros, acréscimos, bonificações ou outras vantagens financeiras, remuneradas em dinheiro, bens, serviços ou direitos, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza, bem como a promoção gratuita, permuta, cortesia.**
- d) A alíquota do ISSQN é definida por cada Município, variando de acordo com o serviço prestado, não podendo ser inferior a 2% (Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2.002) nem superior a 5% (artigo 8º, II, LC nº 116/03).

38. A Constituição Federal de 1988 estipulou que o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis ou Doação (ITCMD) competiria aos Estados e ao Distrito Federal (art. 155, I), enquanto os municípios ficariam com o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI) (art. 156). Em relação ao ITBI, marque o item INCORRETO:

- a) **O ITBI incide também sobre a transmissão dos bens ou direitos quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito.**
- b) O ITBI tem como fato gerador a transmissão, “inter vivos”, a qualquer título, de propriedade ou domínio útil de bens imóveis; quando há a transmissão a qualquer título de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia; ou quando há a cessão de direitos relativos às transmissões acima mencionadas.
- c) O contribuinte do imposto, segundo o disposto no artigo 42 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5. 172, de 25 de Outubro de 1966) é qualquer das partes na operação tributada, como dispuser a lei, que, no caso, será lei municipal.
- d) Para que se possa fazer o registro de um imóvel adquirido, é obrigatório que antes se pague o ITBI.

39. A prestação em moeda ou outro valor que nela se possa exprimir, que o sujeito ativo da obrigação tributária (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) tem o direito de exigir do sujeito passivo direto ou indireto (contribuinte, responsável ou terceiro), denomina-se:

- a) Receita Tributária.
- b) **Crédito tributário.**
- c) Prestação Tributária.
- d) Débito tributário.

40. As isenções fiscais são uma espécie de renúncia fiscal. O Estado pode tributar, mas renuncia a tanto, em função de razões específicas. As isenções são concedidas em lei ordinária, constituindo uma dispensa do pagamento do tributo devido, ou, como declara o artigo 175, inciso I, do Código Tributário Nacional, uma exclusão do crédito tributário. Em relação ao tema é INCORRETO afirmar que:

- a) Isenção tributária é um instrumento de Direito Tributário significando, para a maioria dos doutrinadores, hipótese de não incidência legalmente qualificada.
- b) Ela é concedida em função de certos bens (isenção objetiva), ou de certas pessoas (isenção subjetiva), mas sempre em função do interesse público.

c) A finalidade da isenção não é a de desenvolver determinada região do País, nem a de incrementar certa atividade econômica, como ocorre com o incentivo fiscal.

d) A isenção tributária é um instrumento de intervenção na economia tal como o incentivo fiscal.

41. Em relação ao Processo Administrativo Fiscal, marque o item INCORRETO:

a) O contribuinte, ao receber notificação de lançamento lavrado contra si, ele possui duas opções: Caso ele concorde com o débito, ele deve pagá-lo, mas se todavia ele não concorda, ele deve impugnar o ato que constituiu aquele valor.

b) A impugnação ao auto de infração deve ser realizada por um profissional do Direito.

c) Trata-se de uma defesa do contribuinte contra um débito que lhe tenha sido constituído através da autuação fiscal.

d) A impugnação, consoante o inciso III do artigo 151 do CTN, suspende a exigibilidade do crédito tributário, este não poderá ser cobrado até que os fatos e fundamentos da defesa sejam apreciados.

42. Em relação às Obrigações Tributárias, marque o item INCORRETO:

a) A obrigação tributária é a relação jurídica existente entre o Fisco e um particular, cujo objeto é a prestação de dar (pagar o tributo), fazer ou não fazer.

b) Pode-se entender a relação obrigacional tributária como sendo derivada da obrigação civil, em que os sujeitos ativo e passivo são respectivamente representados pelo Estado, em sua atividade econômica, e pelo particular. Estes são considerados os elementos subjetivos da obrigação.

c) A multa decorrente do não pagamento do Imposto em seu tempo devido também é considerada como Tributo propriamente dito.

d) Como elemento objetivo, há ainda o objeto da obrigação, como já referido, a prestação de dar, fazer ou deixar de fazer.

43. O Modelo de Precificação de Ativos Financeiros (MPAF), mais conhecido mundialmente pela sigla em inglês CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), é utilizado em finanças para determinar a taxa de retorno teórica apropriada de um determinado ativo em relação a uma carteira de mercado perfeitamente diversificada. Em relação aos pressupostos deste modelo, pode-se AFIRMAR que:

a) Existe a possibilidade de efetuar investimento em ativos com risco.

b) Os investidores são maximizadores da utilidade esperada e escolhem os seus investimentos entre carteiras alternativas com base no seu retorno esperado e respectivo desvio padrão.

c) Existem impostos.

d) Todos os ativos são perfeitamente divisíveis e líquidos, existindo custos de transação.

44. A Lei de Responsabilidade Fiscal classifica a despesa pública em duas categorias, que são as:

a) Despesas obrigatórias e as Despesas derivadas.

b) Despesas Correntes e Despesas de Capital.

c) Despesas orçamentárias e Despesas Extras Orçamentárias.

d) Suplementos e Restos a Pagar.

45. Assinale o item CORRETO em relação à característica própria dos convênios administrativos, como instrumentos de associação do Poder Público com entidades privadas ou mesmo entre entidades públicas:

a) A realização conjunta de atividades comuns, ainda que seus partícipes tenham interesses opostos ou desejem coisas diferentes.

b) A ausência de vínculo ou cláusula de permanência obrigatória entre os convenentes, podendo ser denunciado antes do término do prazo de vigência.

c) A obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório, uma vez que do ajuste resultarão obrigações recíprocas de natureza contratual.

d) O fato de que os entes conveniados, por terem objetivos institucionais diversos, visam à concretização de propósitos que lhes sejam favoráveis.

46. Marque a alternativa CORRETA:

a) De acordo com a Constituição Federal, não se pode cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado. Trata-se do princípio da anterioridade tributária.

b) Limitações constitucionais ao poder de tributar são garantias do contribuinte contra o insaciável poder fiscal do estado.

c) O fisco pode se recusar a expedir os decretos e despachos normativos quando for apurado crédito tributário vencido pelo sujeito ativo.

d) O Fisco não pode se recusar a expedir certidão negativa de débito ou certidão positiva com efeitos de negativa quando a autoridade tributária verificar divergência entre os valores devidos e os valores pagos.

47. Analise as alternativas e, em seguida, marque a sequência CORRETA:

() A Emenda Constitucional nº 93/2016, que ampliou em âmbito federal de 20% para 40% o percentual de desvinculação de receitas, criou mecanismo semelhante para os Estados, Distrito Federal e Municípios, possibilitando que estes desvinculem algumas das suas receitas orçamentárias, criando assim a *Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios* (DREM).

() Especificamente aos Municípios, a partir da Emenda Constitucional nº 93, de 2016, ficou determinado que são desvinculados de órgão, fundo ou despesa, *até 31 de dezembro de 2023*, 30% (trinta por cento) das receitas municipais relativas a impostos, taxas e multas, já instituídas ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

() Tanto a Desvinculação das Receitas da União (DRU) quanto DREM não mudam a regra que estabelece os gastos mínimos para educação (20% para União e 25% para estados e municípios) e saúde (17% para a União, 15% para estados e 12% para municípios) nem as transferências constitucionais de impostos para estados e municípios.

a) F, V, F.

b) F, V, V.

c) V, V, F.

d) V, V, V.

48. Marque V para verdadeiro e F para falso.

() Os tributos são receitas derivadas (se originam do patrimônio dos particulares) obtidas mediante prestação compulsória, já que é decorrente de lei.

() As tarifas são tidas como receitas originárias (derivam-se da exploração econômica do patrimônio do Estado, agindo como se fosse particular) obtidas mediante acordo de vontades, pelo que, o particular pode ser constrangido a pagá-lo, mesmo que não utilize da atividade estatal.

() No âmbito econômico - a origem dos recursos - o preço (tarifa) vem do próprio Estado (agindo como se fosse um particular; sem estar investido de sua soberania - Receita Originária e de Direito Privado), enquanto o tributo (taxa) vem do particular (é o Estado agindo como tal, usando de sua soberania - Receita Derivada e de Direito Público).

a) V, V, F.

b) **V, F, V.**

c) F, F, V.

d) F, V, V.

49. Taxa é uma espécie de tributo prevista na Constituição Federal. Sobre o assunto, marque a alternativa VERDADEIRA:

a) A taxa tem por fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.

b) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

c) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

d) Todas estão corretas.

50. Analise as assertivas e ao final, marque a alternativa CORRETA:

I- É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

II- É constitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão Inter vivos de bens imóveis – ITBI com base no valor venal do imóvel.

III- É inconstitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do imposto territorial rural.

a) **V, F, V.**

b) V, F, F.

c) V, V, V.

d) F, F, F.

